

Comunicado - nº 4/2016

17/08/16

DESTAQUES DA COORDENAÇÃO

Sessão de 8 de agosto de 2016

Definidos os temas prioritários para atuação da 2ª Câmara

O Colegiado deliberou que os temas prioritários da 2ª Câmara são as Metas Nacionais e Regionais definidas no XV Encontro Nacional, como também os crimes envolvendo Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas, Justiça de Transição e Comunidades Indígenas. As Metas Nacionais e Regionais definidas no XV Encontro Nacional, realizado em novembro de 2015, foram as seguintes:

METAS NACIONAIS	
1	Crimes de lavagem de dinheiro (Lei 9613/98)
2	Art. 241-A do ECA (Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente)
3	Crimes contra o INSS

METAS REGIONAIS	
1ª Região	1. Crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). 2. Combate aos crimes ambientais de grande porte.
2ª Região	1. Contrabando e descaminho. 2. Roubo a correios.
3ª Região	1. Combate aos crimes fronteiriços e cometidos em portos e aeroportos: combate ao descaminho e contrabando, tráfico de armas, tráfico de drogas e tráfico de pessoas. 2. Combate ao trabalho escravo contemporâneo.
4ª Região	1. Combate ao tráfico de armas. 2. Combate aos crimes fronteiriços praticados por organizações criminosas.
5ª Região	1. Estelionato na obtenção de aposentadorias por trabalhadores rurais. 2. Combate à obtenção fraudulenta e ao desvio na aplicação de financiamentos agropecuários obtidos junto ao BNB.

O tema Tráfico de Pessoas se tornou prioritário pois está dentro da “Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes (2015-2019)” – *Global Act*. A iniciativa envolve a União Europeia (EU) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), sendo implementada em parceria com a Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Por sua vez, os temas Justiça de Transição e Comunidades Indígenas são prioritários em razão de compromissos internacionais assumidos pelo MPF junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH.

GT Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal e a Comissão de BI se tornam bicamerais com a participação da 5ª Câmara

Por tratar de matéria de interesse comum, a 2ª Câmara acolheu sugestão da 5ª CCR (combate à corrupção) para transformar o Grupo de Trabalho sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal e a Comissão de *Business Intelligence* - BI em bicamerais, com a participação conjunta das duas câmaras.

Ampliada a atuação do GT Escravidão Contemporânea

Foi deliberado que o Grupo de Trabalho sobre Escravidão Contemporânea atuará nos temas envolvendo Tráfico de Pessoas e coordenará as atividades do Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo.

Na ocasião, foi aprovada a indicação dos Procuradores Regionais da República Adriana Scordamaglia e Paulo Taubemblatt para integrarem o Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo.

Por fim, as atividades do GT foram prorrogadas por mais 1 (um) ano.

Prorrogadas as atividades do GT Intercameral (2ª, 5ª e 7ª Câmaras) sobre Modernização da Investigação

O Colegiado prorrogou, por mais 60 (sessenta) dias, as atividades do Grupo de Trabalho Intercameral sobre Modernização da Investigação.

O grupo foi criado pela Portaria Conjunta 2ª, 5ª e 7ª CCR nº 2, de 18 de abril de 2016, para analisar, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, os principais projetos legislativos que tratem da investigação criminal e propor projetos de lei e textos de resoluções para a devida implementação de novo modelo concebido para a investigação criminal.

[Veja aqui a ATA da sessão do dia 4 de julho de 2016.](#)

DESTAQUES DA REVISÃO

Entre os julgados da 2ª Câmara na 655ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

Não homologação do declínio

Roubo de bens transportados em veículo a serviço dos Correios. Transportadora terceirizada que prestava serviços à referida empresa pública federal. Atribuição do MPF para prosseguir na persecução penal.

Número: DPF/VGA-00616/2014-IPL

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5288/2016](#)

Crime de estupro praticado contra menor indígena. Competência da justiça federal (CF, art. 109, incisos IV e XI, c/c o art. 231). Atribuição do MPF.

Número: 1.13.001.000047/2015-44

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 4722/2016](#)

Não homologação de arquivamento

Venda a terceiro de veículo alienado fiduciariamente à CEF. Crime previsto no art. 171, § 2º, I, do CP. Designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Número: 1.33.000.002942/2015-11

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5176/2016](#)

Conflito de atribuições

Crime de estelionato mediante uso de cheque adulterado emitido em desfavor de correntista da CEF. Competência do juízo federal do local do efetivo prejuízo à vítima, ou seja, local da agência em que a vítima mantinha conta. CPP, art. 70.

Número: JF-OSA-0003774-38.2008.4.03.6111-INQ

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5129/2016](#)

Homologação do declínio

Crime de esbulho possessório (CP, art. 161, § 1º, II). Terreno de marinha ocupado por particular autorizado pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU/PA. Ausência de atribuição do MPF.

Número: 1.23.003.000682/2015-65

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5608/2016](#)

Esquema de pirâmide financeira, via internet, sob o disfarce de marketing multinível. Possível crime contra a economia popular. Lei nº 1.521/51, art. 2º, IX. Homologação do

declínio de atribuições ao MP Estadual.

Número: 1.26.000.000310/2016-38

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5132/2016](#)

Crime de pedofilia pela internet. Chat de conversa privada (MSN). Acesso restrito aos participantes da conversa. Ausência de transnacionalidade na conduta. Homologação do declínio ao MP Estadual.

Número: JF-PA-0000794-19.2016.4.01.4002-INQ

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5248/2016](#)

Não conhecimento

Inquérito policial. Promoção de arquivamento não conhecida por esta 2ª CCR. Enunciado nº 36. Remessa direta. Possibilidade. CF, art. 129, I; LC nº 75/93, art. 62, IV; CPP, art. 28. Interpretação sistemática. Reiteração dos exatos termos do despacho proferido pelo relator.

Número: JF/CE-0006310-68.2015.4.05.8100-INQ

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5189/2016](#)

Divergência entre juiz e Ministério Público acerca da capitulação

Inquérito policial. Divergência entre juiz e ministério público acerca da capitulação jurídica dos fatos. Mutatio libelli ". Arts. 28 e 384, caput, §1º, do CPP. Conhecimento. Insistência na acusação formulada.

Número: TRF3-0000202-70.2015.4.03.6130-ACR

[Veja aqui a íntegra do Voto nº: 5490/2016](#)

[Veja aqui as estatísticas das sessões 653 e 655.](#)

MPF